Processo n.º 15135/ 2014

AUTORIZAÇÃO N.º 10234/ 2014

URPITMA, UNIÃO DE REFORMANDOS, PENSIONISTAS E IDOSOS TALA, MELEÇAS E ARREDORES, proprietária de lar/asilo, notificou um tratamento de dados pessoais resultante de videovigilância, com a finalidade de proteção de pessoas e bens, a realizar no estabelecimento de apoio social com a designação e endereço RUA DA ESCOLA 95 MELEÇAS 2605-121 BELAS

O sistema é composto por 16 câmaras, colocadas nos seguintes locais:

Pontos de acesso a partir do exterior/ Acesso a elevadores/ Parques de estacionamento/ Pontos de acesso interiores/ Zonas internas de circulação (excepto corredores de acesso aos quartos)

Há visualização das imagens em tempo real.

Não há transmissão das imagens para o exterior do local da instalação do sistema.

Não há Comissão de Trabalhadores.

A CNPD já se pronunciou na sua Deliberação n.º 61/2004, de 19 de abril [1] sobre os princípios orientadores para o correto cumprimento da Lei de Proteção de Dados, em matéria de videovigilância, bem como as condições gerais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais para a finalidade de proteção de pessoas e bens. Decorrem desses princípios, bem como da lei laboral e da jurisprudência, os seguintes **limites ao tratamento:**

- **Não é permitida a recolha de som;**
- **A recolha de imagens deve confinar-se à propriedade do responsável, não podendo abranger imagens da via pública ou de propriedades limítrofes;**
- **Não podem as câmaras incidir regularmente sobre os trabalhadores durante a atividade laboral, nem as imagens podem ser utilizadas para o controlo da atividade dos trabalhadores, seja para aferir a produtividade seja para efeitos de responsabilização disciplinar (cf. artigos 20º e 21º do Código do Trabalho);**
- **Apenas a recolha de imagens nos locais declarados está abrangida pela presente autorização, não podendo, em circunstância alguma, serem recolhidas imagens de acesso ou interior de instalações sanitárias, zonas de espera, locais de lazer e repouso, corredores de acesso e interior dos quartos e cozinhas.**

O tratamento em análise, com as limitações referidas, é adequado, pertinente e não excessivo face à finalidade declarada (cf. alínea *b)* do n.º1 do artigo 5.º da Lei 67/98, de 26 de outubro - LPD) e à atividade desenvolvida.

O tratamento de dados pessoais efetuado no âmbito da videovigilância enquadra-se no conceito de vida privada, previsto no n.º 2 do artigo 7º da LPD. O artigo 31.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio,

[1] Disponível em www.cnpd.pt/bin/orientacoes/principiosvideo.htm

<table>
<tr><td colspan="4">constitui o fundamento que legitima a instalação destes sistemas.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Assim, com os limites fixados, autoriza-se o tratamento notificado ao abrigo do disposto nos artigos 7.º, n.º 2, 28.º n.º 1, alínea a), 29.º e 30.º, n.º 1.º da LPD, nos seguintes termos:</td></tr>
<tr><td>Responsável</td><td colspan="3">URPITMA, UNIÃO DE REFORMANDOS, PENSIONISTAS E IDOSOS TALA, MELEÇAS E ARREDORES</td></tr>
<tr><td>Finalidade</td><td colspan="3">Proteção de pessoas e bens</td></tr>
<tr><td>Categoria de dados pessoais tratados</td><td colspan="3">Imagens captadas pelo sistema.</td></tr>
<tr><td>Forma de exercício do direito de acesso</td><td colspan="3">Por solicitação ao responsável no seguinte endereço/contacto: -</td></tr>
<tr><td>Comunicação das imagens</td><td colspan="3">As imagens só podem ser transmitidas no termos da lei processual penal. Detetada a eventual infração penal, o responsável deverá, juntamente com a participação, enviar à autoridade judiciária ou ao órgão de polícia criminal competentes as imagens recolhidas.

Noutras situações em que as autoridades solicitem acesso às imagens, tal só poderá ocorrer, no âmbito de processo judicial devidamente identificado, em cumprimento de despacho fundamentado da autoridade judiciária competente.

Fora destas condições não pode o responsável comunicar as imagens.</td></tr>
<tr><td>Interconexões</td><td colspan="3">Não há</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fluxo transfronteiriço para países terceiros</td><td colspan="2">Não há</td></tr>
<tr><td>Conservação dos dados</td><td colspan="3">30 dias</td></tr>
<tr><td colspan="4">Qualquer pessoa abrangida pela gravação das imagens (titular dos dados) tem o direito de a elas aceder (n.º 1 do artigo 11º da LPD), salvo se as imagens estiverem a ser utilizadas no âmbito de investigação criminal, situação em que o pedido do titular deve ser endereçado à CNPD (n.º 2 do mesmo artigo).

Ao disponibilizar as imagens ao titular dos dados, o responsável deve adotar as medidas técnicas necessárias para ocultar as imagens de terceiros que possam ter sido abrangidos pela gravação.

Deverão ser afixados, em locais bem visíveis, avisos informativos da existência de videovigilância, nos termos exigidos pelo n.º 5 do artigo 31º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.

O responsável deve adotar as medidas de segurança previstas nos artigos 14º e 15º da LPD. Independentemente das medidas de segurança adotadas pela entidade responsável pelo</td></tr>
</table>

tratamento, é a esta que cabe assegurar o resultado da efetiva segurança das imagens. **O responsável pelo tratamento deve, também, manter sempre atualizadas a data e hora das gravações.**
Lisboa, 2014-11-03
A presidente   Filipa Calvão